



Articulação Semiárido Brasileiro

POR UM SEMIÁRIDO VIVO, RESISTIREMOS!

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), fórum onde se encontra organizada parte significativa da sociedade civil do semiárido brasileiro, assim como toda a classe trabalhadora brasileira, tem sentido no dia a dia as dificuldades impostas pelos cortes nos gastos públicos, impostos pelo Governo Federal desde o ano de 2016. A atual política econômica brasileira continua em curso fortalecendo o grande capital em detrimento dos direitos do povo. A nova proposta de orçamento para 2018, apresentada pelo Governo Federal ao Congresso, reforça a opção do Estado Brasileiro em fragilizar e até mesmo acabar com os programas sociais, políticas de educação e agricultura, e com os projetos de infraestrutura voltados para os mais pobres. A cada dia o 'progresso' proposto pelo Governo Temer está mais distante do povo.

Para 2018, está prevista uma suplementação de R\$ 44,5 bilhões para todas as ações executadas com recursos públicos. Deste total, apenas 0,5%, o que equivale a R\$ 225,5 milhões, foi alocado nas ações de agricultura familiar. Os cortes no orçamento em políticas de inclusão das famílias em situação de pobreza são de 52,5%. Com isso, pode-se afirmar que as populações pobres das áreas rurais são as mais atingidas com essa política econômica, cuja dotação do programa para a construção de cisternas, por exemplo, reduziu de R\$ 248,8 milhões, constante na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017, para R\$ 20 milhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018 (apenas 8% do recurso disponível em 2017 e 6% do recurso de 2010), ou seja, um corte de 92%, praticamente acabando com o Programa Cisternas. No caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, em 2017, contava com R\$ 318 milhões, tem apenas R\$ 750 mil para 2018, ou seja, um corte mais grave, da ordem de 99,8%, colocando em risco o abastecimento alimentar do país.

Para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, cujos principais fornecedores são da Agricultura Familiar, o corte chega a 84,42%. Além do corte em órgãos estratégicos para o setor, como a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), que terá o seu orçamento geral reduzido de R\$ 1,03 bilhão em 2017 para R\$ 790 milhões no próximo ano; a habitação sofrerá cortes de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 0,00; e os recursos para obtenção de terras da reforma agrária serão reduzidos de maneira drástica de R\$ 108 milhões para R\$ 34,2 milhões.

Os números evidenciam a deliberação do atual governo em priorizar a política econômica de mercado – responsável por 80% do déficit público – privilegiando os mais ricos com excessivas e constantes renúncias fiscais, em detrimento da garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e negando o impacto positivo dessas políticas na vida dos povos do campo. A atual política econômica brasileira é uma ameaça a todas as conquistas da sociedade civil, fruto da luta de anos e da abertura dos governos anteriores, com adoção de políticas comuns que respeitavam a diversidade dos territórios e dos povos e comunidades tradicionais. Elas foram decisivas para que o Brasil saísse do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) e lutaremos para não permitir que esse retrocesso se concretize e aprofunde. Além disso, o fortalecimento de espaços de controle social, como é o caso dos conselhos, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o recém-extinto Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) foram fundamentais nesse processo de transformação social, pois reconheciam o conhecimento popular. Em relação ao CONDRAF, pode-se falar em sua extinção, se não formal, mas pelo esvaziamento drástico de suas competências e da perspectiva de participação social. Acabar com esses espaços aumenta ainda mais o abismo social.



Articulação Semiárido Brasileiro

Quando olhamos para o Semiárido, vemos nitidamente a mudança de paradigma à medida que tivemos políticas que fortaleceram a estratégia de convivência com o Semiárido em contraposição ao fadado combate à seca. No final do século passado, na seca de 1982, amargávamos pelo menos 1 milhão de mortos de fome e sede no Semiárido. Atualmente, vivenciamos mais de 5 anos de seca no período de 2012 a 2017 - a maior seca dos últimos 100 anos - em que não há registros de migração, frentes de emergência, saques nas cidades e nem mesmo mortes humanas. Pelo contrário, comemoramos mais de 1 milhão de famílias com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar, beneficiando mais de 5 milhões de pessoas. Pesquisa recente realizada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) concluiu que houve redução de 75% da mortalidade infantil depois do acesso das famílias às cisternas. Nem mesmo esses dados e o reconhecimento internacional da política de cisternas pela ONU (o Programa Cisternas foi agraciado com o segundo lugar mundial do Future Policy Award 2017, como experiência exitosa de combate à desertificação, durante a COP 23, em Ordos/China) fazem o atual governo retomar o apoio às políticas que fortalecem a convivência com o Semiárido. Ao contrário, o que vemos é a crescente disponibilidade de recursos para ações que já demonstraram sua ineficácia no passado e reforçam o combate à seca. É a volta do velho “Coronelismo” e, com ele, a “Indústria da Seca”.

O caminho traçado pelo atual Governo confirma a falta de prioridade e compromisso com os/as trabalhadores/as brasileiros/as. Os cortes orçamentários continuarão prejudicando a vida do povo, seja do Semiárido ou não! Nós, que fazemos a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) queremos os recursos públicos aplicados em políticas fundamentais para o avanço socioeconômico do País. Continuaremos em luta para que as famílias do Semiárido não sejam penalizadas e possam, cada vez mais, ampliar seus direitos à terra e à água, aos alimentos de qualidade e sem veneno, preservando suas sementes locais e a biodiversidade. Aprendemos a conquistar, ter e manter nossos direitos, não vamos aceitar perdê-los. Por um Semiárido Vivo, resistiremos!!!!

É no Semiárido que a vida pulsa, é no Semiárido que o povo resiste!

Semiárido Brasileiro, 27 de novembro de 2017

Coordenação Executiva da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)



Articulação Semiárido Brasileiro

FOR A SEMIARID LIVING, WE WILL RESIST!

The Brazilian Semi-arid Articulation (ASA), a forum where a significant part of civil society in the Brazilian semi-arid region is organized, as well as the entire Brazilian working class, has felt in daily life the difficulties imposed by the cuts in public spending, inflicted by the Federal Government since the year 2016. The current Brazilian economic policy is still in progress, strengthening the great capital in detriment of the rights of the people. The new budget proposal for 2018, presented by the Federal Government to Congress, reinforces the Brazilian State's option to weaken and even end social programs, education and agriculture policies, and infrastructure projects aimed at the poorest people. Every day the 'progress' proposed by the Temer Government is further from the population.

For 2018, a supplement of R\$ 44.5 billion (\$ 13.8 billion) is expected for all actions executed with public resources. Of this total, only 0.5%, which is equivalent to R\$ 225.5 million (\$ 69.81 million), was allocated to family agriculture activities. Budget cuts in inclusion policies for families living in poverty are 52.5%. As a result, it can be affirmed that the poor populations in rural areas are the hardest hit by this economic policy, for which the program's budget for the construction of cisterns, for example, decreased from R\$ 248.8 million (\$ 77.03 million) in the 2017 Annual Budget Law (LOA), to R\$ 20 million (\$ 6.19 million) in the 2018 Annual Budget Law Project (PLOA) (only 8% of the resource available in 2017 and 6% of the 2010 resource). In other words, a cut of 92%, practically ending the Cisternas Program. In the case of the Food Acquisition Program (PAA), which in 2017 had R\$ 318 million (\$ 98.45 million), there is only R\$ 750 thousand (\$ 232.2 thousand) for 2018, that is, a more serious cut of around 99.8%, putting the country's food supply at risk.

For the Food and Nutrition Security Policy, whose main suppliers are from Family Agriculture, the cut reaches 84.42%. Besides the cut in strategic organs for the sector, such as the Family Agriculture and Agrarian Development Special Secretariat (SEAD), which will have its general budget reduced from R\$ 1.03 billion (0.32 billion) in 2017 to R\$ 790 million (\$ 244.58 million) in the next year; housing will be cut from R\$ 6.9 billion (\$ 2.14 billion) to R\$ 0.00 (\$ 0.00); and the resources for obtaining land from the agrarian reform will be drastically reduced from R\$ 108 million (\$ 33.44 million) to R\$ 34.2 million (\$ 10.59 million).

The numbers demonstrated the current government's determination to prioritize the market's economic policy - responsible for 80% of the public deficit - favoring the richest with excessive and constant tax breaks, in detriment of guaranteeing the rights of workers and denying the positive impact of these policies in life of the rural people. The present Brazilian economic policy is a threat to all the achievements of civil society, fruit of the struggle of years and the opening of previous governments, with the adoption of common policies that respected the diversity of territories and traditional peoples and communities. They were decisive for Brazil to leave the United Nations (UN) Hunger Map and we will fight not to allow this regression to materialize and deepen. In addition, the strengthening of social control spaces, such as the councils, for example the National Council for Food and Nutrition Security (CONSEA) and the recently extinct National Council for Sustainable Rural Development (CONDRAF) were fundamental in this process of social transformation, because they recognized the popular knowledge. In relation to CONDRAF, one can speak of its extinction, if not formal, but through the drastic emptying of its competences and the perspective of social participation. Ending these spaces further increases the social abyss.



Articulação Semiárido Brasileiro

When we look at the Semiárido, we clearly see the paradigm shift as we had policies that have strengthened the strategy of coexistence with the Semiárido as opposed to the fated combat against the drought. At the end of the last century, in the 1982 drought, we battered at least 1 million people dead from hunger and thirst in the Semiárido. Currently, we have experienced more than 5 years of drought in the period from 2012 to 2017 - the biggest drought of the last 100 years - in which there are no records of migration, emergency fronts, looting in cities or even human deaths. On the contrary, we celebrate over 1 million families with access to quality water for drinking and cooking, benefiting more than 5 million people. A recent study by the Federal University of Pernambuco (UFPE) concluded that there was a 75% reduction in infant mortality after family access to the cisterns. Not even this data and the international recognition of cisterns policy by UN (the Cisternas Program got the second place in the Future Policy Award 2017 as a successful experiment to combat desertification, during COP 23 in Ordos / China) make the present government retake the support for the policies that strengthen the coexistence with the Semiárido. Instead, what we see is the increasing availability of resources for actions that have already proven ineffective in the past and reinforce the fight against drought. It is the return of the old "Coronelism" ("rule of the coronels") and, with it, the "Dry Industry".

The path outlined by the current Government confirms the lack of priority and commitment to Brazilian workers. Budget cuts will continue to undermine the lives of the people, whether from the Semiárido or not! We, who do the Brazilian Semiárido Articulation (ASA), want the public resources invested in policies that are fundamental to the country's socioeconomic advancement. We will continue to struggle so that families in the semiárido region are not penalized and can increasingly expand their rights to land and to water, quality food without poison, preserving its local seeds and biodiversity. We learned to conquer, to have and to maintain our rights, we will not accept to lose them. For a Semiárido Living, we will resist!!!!

It is in the Semiárido that life pulsates, it is in the Semiárido that the people resist!

Semiárido Brazilian, November 27th, 2017

Executive Coordination of the Brazilian Semiárido Articulation (ASA)